

Por Marcos Vinicius Ottoni

É necessário que haja garantias efetivas de custeio não só para o setor público, mas também para o privado

A questão do [piso nacional da enfermagem](#), que aflige o setor de saúde como uma bomba-relógio, continua sem solução razoável. As medidas legislativas adotadas para retirar os entraves constitucionais à aplicação da Lei 14.434/2022 não sanaram os seus principais problemas.

E a prestidigitação orçamentária que se seguiu, visando superar os problemas de custeio que deram causa à suspensão liminar da lei pelo ministro Luís Roberto Barroso, do [Supremo Tribunal Federal](#) (STF), não afastou o temor de que faltarão recursos para cobrir um aumento de custos com salários estimados em R\$ 16 bilhões anuais.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: JOTA, em 03.02.2023